

ACESSIBILIDADE EM ARENAS MULTIUSO

Um Check-list !

Uma arena multiuso, na maioria das vezes utilizada para jogos de futebol (daí sua importância capital na sociedade brasileira), deve partir de premissa de dimensionamento adequado com respeito a duas premissas básicas: MOBILIDADE E SINALIZAÇÃO.

Estes dois fatores formam um binômio, portanto indissociáveis, que permite preparar a edificação e seu entorno urbano com o objetivo de proporcionar a necessária segurança e bem-estar ao público, seja este itinerante ou residente, com suficiente autonomia.

Considerando-se as condições dos grandes eventos e espetáculos levados a efeito nestas arenas, e entendendo que estas praças são de alta demanda, é permitido levar em conta que o termo Plataforma de Atendimento, ou simplesmente Plataforma, se faz adequado, pois que agrega as mesmas características de diversos tipos de plataformas de atendimento em modais de transporte, como metros, trens, aeroportos, ônibus urbanos entre outros. Por exemplo podemos citar os terminais de passageiros em rodoviárias, estações de trens etc.

Ao Corpo de Bombeiros cabe a fiscalização de edificações no sentido da segurança dos usuários promovendo através de suas Instruções Técnicas as características que asseguram a evacuação em tempo hábil em caso de pânico ou emergências.

A Acessibilidade é de Responsabilidade Profissional de Arquitetos ou Engenheiros que trabalham seus projetos no sentido de garantir acesso facilitado que promovam o melhor bem-estar possível com o máximo de autonomia.

Bons projetos naturalmente combinam as necessidades de ambas as óticas, o que certamente proporcionam acesso e evacuação segura. Por questões lógicas a segurança é sempre prioritária à acessibilidade.

No entanto, quando nos atemos a PcD's temos que considerar fluxos e rotas de acesso e fuga em condições específicas a estes grupos de pessoas.

Devemos desconsiderar artigos que disseminam a "Segurança Acessível" como prioridade. Ora, em se tratando de acessibilidade não existe a "segurança acessível". Para as pessoas comuns (videntes e de boa mobilidade) a segurança é fator primordial e bem vista pelas regras do Corpo de Bombeiros, mas quando se trata de PcD não há "ajuda técnica" prioritária visto que a qualquer tipo de deficiência deve ser dado o mesmo tratamento prioritário. Portanto, regras de segurança para PcD's se qualificam como regras gerais e de mesma prioridade.

Por exemplo, pisos táteis, ou demarcações de áreas de refúgio, ou ainda, placas em relevo e Braille têm a mesma importância visto que não sabemos que tipo de pessoa deficiente deverá ser atendida.

Falar em acessibilidade, portanto, requer o conhecimento das necessidades de PcD's e das "ajudas técnicas" que estão disponíveis. E mais ainda analisar se estas são factíveis em Plataformas. Mapas táteis, por exemplo, não fazem sentido prático em Plataformas.

O dimensionamento inicial requer o conhecimento legal de Leis, Decretos e Normas que orientam e dão substância técnica aos projetos, oferecendo as soluções de arquitetura e engenharia necessárias à obtenção de uma edificação acessível.

A premissa primeira são as Leis e Decretos que estabelecem as categorias, classificações e regulamentações ao público de PcD's. Devemos verificar, ainda, as leis locais através dos Códigos de Obra de cada região que podem agregar características mais restritivas.

Tecnicamente, estas leis e decretos orientam a utilização de normas brasileiras editadas pela Assoc. Bras. de Normas Técnicas – ABNT, mais especificamente a NBR 9050 – Acessibilidade em Edificações e Meio Urbano, a qual tem "força de lei", federal, e deve servir de parâmetro técnico para construção e fiscalização de edificações acessíveis.

Há que ser levado em consideração que, embora ainda não homologada, a NBR 9050 está em fase final de revisão e muitas de suas futuras orientações devem ser contempladas. Até mesmo porque a versão atual induz a enganos de interpretação que a versão atualizada visa desmistificar, tornado a nova versão mais didática.

Mais anda, está em criação e homologação a Norma Brasileira de Acessibilidade em Estádios Esportivos, que também deve ter a mesma atenção.

A Arena

Uma Arena é concebida para as seguintes premissas básicas:

- Conceito,
- Público-alvo,
- Lotação geral por níveis de acesso,
- Design,
- Arquitetura,
- Operação,
- entre tantas outras considerações de mercado e geográficas.

A partir destes dados a arquitetura do empreendimento promove as condições de acessibilidade objetivando os seguintes parâmetros normativos:

- Antropometria
- Comunicação e Sinalização
- Acessos e Circulação
- Sanitários e Vestiários
- Equipamentos Urbanos
- Mobiliário

1) Antropometria

Refere-se ao atendimento de todos os parâmetros antropométricos da população de PcD's, definidas como :

- P.C.R. – Pessoas com Cadeiras de Rodas,
- P.M.R. – Pessoas com Mobilidade Reduzida, e
- P.O.- Pessoas Obesas

Assim, todos os equipamentos e ajudas técnicas de uma arena evidenciam-se pela utilização dos parâmetros normativos da NBR 9050, para atendimento da população de PcD.

2) Comunicação e Sinalização

Como parte importante de um dos elementos do binômio de Acessibilidade, em especial as premissas normativas da NBR 9050, a Sinalização visa dotar as instalações de elementos visuais, táteis e sonoros que sirvam efetivamente de “ajudas técnicas” a PcD.

Naturalmente, há sinais, símbolos e textos com características de visibilidade e legibilidade que oferecem acesso a estes elementos.

As linguagens visuais, táteis e sonoras determinam os meios de obtenção da acessibilidade considerando Textos, Dimensionamentos, Contrastes, Símbolos e Legibilidade, como forma de padronizar sinais perceptíveis e inteligíveis por qualquer PcD..

A NBR 9050 em sua revisão 2013 vai além e determina as características das Informações Essenciais e sua aplicação pelo Princípio dos Dois Sentidos.

Finalmente, define a disposição dos sinais com suas localizações, alturas e diagramações.

Há, no entanto, algumas “Aplicações Essenciais” que são consideradas mínimas nas edificações:

- Portas e Passagens
- Planos e Mapas Táteis
- Sinalização de Pavimentos
- Sinalização de degraus
- Sinalização de Elevadores e Plataformas Elevatórias
- Sinalização Tátil e Visual em Pisos
- Sinalização de Emergência
- Alarmes

É mister entender que os demais requisitos descritos adiante deverão incorporar as premissas de Sinalização conforme definidas neste item.

3) Acessos e Circulação

Busca-se neste item atender a critérios que permitam a livre circulação a todas as pessoas e atender parâmetros em rotas de fuga (veja-se aqui a combinação com os ditames do Corpo de Bombeiros).

Entenda-se que há uma diferença substancial quando se especifica Rota Acessível e Rota de Fuga.

Em ambas as rotas estabelecem-se as Condições Gerais de:

- Iluminação,
- Revestimentos,
- Inclinações de pisos
- Pisos Táteis,
- Desníveis,
- Grelhas e juntas de dilatação,
- Tampas e caixas de inspeção,
- Capachos, forrações, tapetes e similares.

Ainda se estabelecem os parâmetros de

- Áreas de descanso,
- Rampas,
- Guias de balizamento,
- Degraus e escadas,
- Patamares,
- Corrimãos,
- Guarda-corpos,
- Equipamentos de transporte como elevadores e esteiras rolantes,
- Corredores,
- Portas,
- Janelas,
- Calçadas,
- Travessias e passarelas, e
- Vagas reservadas para veículos.

4) Sanitários, banheiros e vestiários.

Tais instalações são de uso de qualquer pessoa e são de interesse primário na vida social do ser humano. Especificamente para PcDs promove-se espaços sanitários adequados tanto quantitativamente como qualitativamente.

A adequação destes espaços deve levar em consideração:

- Quantidades mínimas,
- Localização,
- Dimensões,
- Tolerâncias,
- Posicionamentos,
- Acessórios,
- Pias e vasos sanitários,
- Válvulas de descarga,
- Barras de apoio,
- Bancos e trocadores,
- Comandos, e
- Circulações

5) Mobiliário

5.1) Mobiliário em Geral

Deve ser entendido como a construção de equipamentos auxiliares que devem ser construídos de acordo com os Princípios do Desenho Universal.

Em essência pode-se citar:

- Mesas,
- Bilheterias,
- Balcões,
- Caixas de pagamento,
- Superfícies de trabalho
- Superfícies de refeição,
- Máquinas,
- Bloqueios e Catracas, e
- Caixas de Autoatendimento (ATM)

5.2) Mobiliário Urbano

O entorno de uma edificação deve permitir a aproximação facilitada a pessoas com deficiência, considerando os modais de transporte. Redução de fadigas, desobstruções de faixas de circulação, segurança e conforto são propriedades importantes da considerada Mobilidade Urbana.

Deve-se estar atento a :

- Pontos de embarque desembarque,
- Parquímetros,
- Semáforos de pedestres,
- Caixas de correio,
- Telefones públicos,
- Cabinas telefônicas,
- Bebedouros, e
- Lixeiras.

Naturalmente, outros equipamentos disponíveis devem ser analisados e contemplados com o Desenho Universal como, por exemplo, bancos de praças e bancas de revistas entre outros.

6) Equipamentos Urbanos

Finalmente, nesta classificação temos os Equipamentos Urbanos assim considerados como instalações que têm condições específicas.

- Cinemas, auditórios, teatros e similares (arenas)
- Locais de exposição,
- Restaurantes, Bares e similares,
- Locais de hospedagem,
- Serviços de saúde,
- Locais de esportes, lazer e turismo,
- Piscinas,
- Parques, praças e locais turísticos,
- Praias,
- Escolas,
- Bibliotecas e Centros de leitura,
- Locais de Comércio (lojas),
- Estabelecimentos bancários, e
- Delegacias e penitenciárias.

Pode parecer que certos itens acima não se aplicam a este ou aquele empreendimento, mas também é certo que uma arena terá disponibilidade para as mais variadas necessidades, especialmente quando não se pensa apenas em futebol. Eventos dos mais diferentes matizes podem ser levados a efeito e, portanto devem previstos em projeto e construção todas estas possibilidades.

O tema é amplo e cada detalhe deve ser bem analisado. Projetos cuidadosos resultam menos custosos e certamente de atendimento universal.

Façamos pois : “Um Mundo todo para todo Mundo”

Eng. Frederico Viebig

Arco Sinalização Ambiental Ltda.

Diretor Geral

ABNT - CB-40 - CE.01 - NBR 9050 – Edificações e Meio Urbano

Projeto NBR – Acessibilidade em Estádios Esportivos

GT Sinalização - Coordenador

Abril/2013